

























50. Em relação aos recursos processuais, considere:
- I. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
  - II. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
  - III. Dos despachos não cabe recurso.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III, apenas.

#### Direito Constitucional

51. Considere o teor da ementa de acórdão abaixo transcrita:
- “Repercussão geral – Entidade beneficente de assistência social – imunidade – contribuições sociais – artigo 195, § 7º, da Constituição Federal. Admissão pelo colegiado maior. O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Cezar Peluso. Não se manifestaram os Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie e Joaquim Barbosa.”
- Diante disso,
- I. a decisão foi tomada em sede de recurso extraordinário.
  - II. a questão constitucional discutida no caso teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, decisão para a qual se exige a manifestação de dois terços dos membros do Tribunal.
  - III. o mérito da questão constitucional suscitada não foi objeto da decisão, que se restringiu a analisar a admissibilidade recursal.
- À luz da Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e III.
  - (E) II e III.

52. Possui eficácia limitada a norma constitucional que assegura direitos aos empregados domésticos, no que tange os direitos a
- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
  - (B) fundo de garantia do tempo de serviço e reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
  - (C) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, e assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até cinco anos de idade, em creches e pré-escolas.
  - (D) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
  - (E) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

53. O artigo 33, § 2º, da Lei nº 11.343/2006 tipifica como crime as condutas de “induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de drogas”. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente ação direta de inconstitucionalidade, tendo por objeto referido dispositivo legal, para “dele excluir qualquer significado que enseje a proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento epiléptico, ou então, viciado, das suas faculdades psicofísicas”. Nesta hipótese, em relação ao dispositivo legal em questão, o STF procedeu à
- (A) declaração de inconstitucionalidade, com redução de texto.
  - (B) declaração de constitucionalidade, com redução de texto.
  - (C) interpretação conforme a Constituição, com ampliação do alcance do texto normativo.
  - (D) declaração de inconstitucionalidade, com pronúncia de nulidade.
  - (E) interpretação conforme a Constituição, com redução do alcance do texto normativo.

54. Diante da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a busca e apreensão de documentos em escritório de advocacia, sendo o advogado investigado,
- (A) independe de autorização judicial, na medida em que o local de trabalho não goza da proteção constitucional conferida ao domicílio dos indivíduos.
  - (B) dependerá de determinação judicial que especifique o âmbito de abrangência da medida, a fim de que não recaia sobre a esfera de direitos de não investigados.
  - (C) somente é admitida na hipótese de flagrante delito.
  - (D) poderá ser executada mediante determinação judicial que determine a quebra do sigilo profissional, embora sem restrição de horário para cumprimento, por não se tratar do domicílio do investigado.
  - (E) não é admitida em hipótese alguma, em virtude da extensão da inviolabilidade de domicílio ao local de trabalho do advogado, qualificado que é pela garantia constitucional do sigilo profissional.

**Direito Administrativo**

55. O Prefeito de determinado Município utilizou-se de veículo e motorista pertencentes à Prefeitura para transportá-lo até sua casa de veraneio situada no litoral do Estado de Santa Catarina. Em razão do exposto, foi condenado por ato de improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o ato em questão

- (A) não é ímprobo, haja vista a legalidade da conduta do Prefeito, merecendo ser reformada a condenação.
- (B) caracteriza-se como ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.
- (C) caracteriza-se como ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.
- (D) não é ímprobo, pois o Prefeito não é agente público, isto é, não é sujeito ativo de improbidade administrativa.
- (E) caracteriza-se como ato ímprobo atentatório aos princípios da Administração Pública.

56. Bento, servidor público federal, foi convocado para o serviço militar. Em razão de tal fato, foi concedida licença de seu cargo público. Concluído o serviço militar, Bento terá alguns dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o prazo a que se refere o enunciado é, em dias, de até

- (A) 5.
- (B) 15.
- (C) 90.
- (D) 30.
- (E) 60.

57. Nos termos da Lei nº 9.784/99, o administrado que detém a condição de interessado em determinado processo administrativo tem direito a

- (A) acessar os autos apenas se houver decisão proferida, não havendo o direito de acesso em hipótese diversa.
- (B) ciência da tramitação do processo apenas, não podendo ter vista dos autos ou mesmo extrair cópias.
- (C) vista dos autos apenas, não sendo garantida a ciência da tramitação do mesmo.
- (D) vista dos autos e obtenção de cópias, não podendo, no entanto, ter acesso a eventuais decisões proferidas.
- (E) ciência da tramitação do processo, vista dos autos, obtenção de cópias de documentos nele contido e conhecimento das decisões proferidas.

58. Acerca do sistema de registro de preços, previsto na Lei nº 8.666/93, considere:

- I. O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
- II. Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- III. O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas, dentre outras condições, a validade do registro não superior a cinco anos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

**Noções de Gestão Pública**

59. A respeito das receitas extraorçamentárias, considere:

- I. Sua arrecadação não depende de lei específica.
- II. Somam-se às disponibilidades financeiras do Tesouro, porém têm em contrapartida um passível exigível que será resgatado quando da realização da correspondente despesa extraorçamentária.
- III. Correspondem às receitas de capital, operações de antecipação de receita orçamentária e operações de crédito.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

60. Com base no disposto na Resolução nº 70/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, os Planejamentos Estratégicos dos Tribunais deverão

- (A) estar alinhados com o Plano Estratégico Nacional.
- (B) ter abrangência mínima de 3 (três) anos.
- (C) conter pelo menos 5 (cinco) indicadores de resultado para cada objetivo estratégico.
- (D) ser revistos, obrigatoriamente, a cada 5 (cinco) anos.
- (E) ter seus objetivos globais aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça e os indicadores e metas aprovados pelo Órgão Especial de cada Tribunal.



**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

- Atenção:**
- Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora.
  - Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

*A ideia de literatura foi se moldando em função da história, das condições sociais, da figura do escritor e do leitor, do papel da palavra escrita e assim por diante. Transformado em produto, em simples mercadoria, o livro foi perdendo sua aura sagrada. Literatura é um fato da cultura humana, um objeto contingente, ao sabor da história e dos valores de seu tempo.*

(Adaptado de: Cristóvão Tezza. **O Espírito da prosa**. Rio de Janeiro: Record, 2012. Formato: ePub.)

Com base no que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

**A literatura no momento histórico atual**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30